

GRUPOS DE REFLEXÃO COM ADOLESCENTES E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO*

Manoel de Christo Alves Neto**

Resumo: O presente artigo objetiva mostrar como vem sendo desenvolvido o trabalho grupal com adolescentes que cumprem a medida sócio-educativa de liberdade assistida e com seus respectivos familiares. Faremos, inicialmente, uma contextualização da problemática dos adolescentes que vivem em situação de risco pessoal e social. Na segunda parte, caracterizaremos as atividades do Pólo Unama de Liberdade Assistida, seus objetivos e estrutura de funcionamento, destacando seu caráter extensionista. Será enfocada na terceira parte, a estrutura e dinâmica de funcionamento do Grupo de Reflexão com adolescentes e do Grupo de Reflexão com Familiares. Nessas duas atividades, discutiremos diferentes formas de manejo e aplicabilidade do Grupo de Reflexão e sua importância para a saúde do adolescente e sua família, entendendo-os como sujeitos do processo e construtores da cidadania. Finalizamos, apontando alguns caminhos que estão sendo discutidos na equipe interdisciplinar que compõe o Pólo, para o aperfeiçoamento da execução da medida sócio-educativa, bem como para o fortalecimento da extensão universitária.

Palavras-chave: Adolescente, Família, Ato Infracional, Estatuto da Criança e do Adolescente, Liberdade Assistida, Grupo de Reflexão

ADOLESCÊNCIA E ATO INFRACIONAL

A violência que assola o mundo, tem deixado todos atônitos e em busca de um inimigo que possa ser dizimado para que a paz volte a reinar. Combate-se a violência utilizando-se o mesmo veneno como se fosse possível, ao focar apenas a consequência, solucionar os males que enfrentamos. A ótica que culpabiliza no cenário mundial um pólo da questão, segue a mesma linha de raciocínio para a situação de risco pessoal e social de adolescentes que cometeram ato infracional, ou seja, facilmente eles são rotulados e estigmatizados, seja pelo preconceito social, seja pelo desconhecimento da lei que os ampara, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dicotomiza-se o mundo entre o bem e mal, entre “bandidos e mocinhos” adequados ao estilo americano de filmes do “velho oeste” ou da concepção fundamentalista que separa americanos e terroristas.

* Apresentado na Mesa Redonda: “O Trabalho em Grupo nas Instituições e na Rede Pública”, no XI Congresso Brasileiro de Psicoterapia Analítica de Grupo, em Águas de Lindóia-SP, de 27 a 30/09/2001. Psicólogo, Grupoterapeuta, Especialista em Docência do 3º grau, Mestre em Educação, Formação em Psicodinâmica dos Grupos-Abordagem Grupoanalítica, Supervisor de Estágio em Psicologia Comunitária e Professor Adjunto I da Universidade da Amazônia-UNAMA.

** Psicólogo, Grupoterapeuta, Especialista em Docência do 3º grau, Mestre em Educação, Formação em Psicodinâmica dos Grupos-Abordagem Grupoanalítica, Supervisor de Estágio em Psicologia Comunitária e Professor Adjunto I da Universidade da Amazônia-UNAMA.

As análises dos atos infracionais, cometidos por crianças e adolescentes, que povoam grande parte dos meios de comunicação de massa e consequentemente o próprio imaginário coletivo são, não raro, simplistas e apontam para questões emocionais apelativas, com o uso de termos pejorativos (“pivete”, “trombadinha”, “menor”, “marginal”, entre outros) buscando apoio no cidadão comum para práticas e idéias abusivas de desrespeito humano e supressão da cidadania (“tem é que matar esses delinquentes”, “agora não se pode fazer nada porque existe uma lei que passa a mão na cabeça deles”, “só mesmo diminuindo a idade mínima e colocando na cadeia para diminuir a violência”). Todos, raciocínios parcializados, acríticos, que em nome da paz e da ordem social, cultuam a violência, seguindo os preceitos de Talião: “olho por olho, dente por dente”, faz-se assim uma *re-taliação*.

Para discutir a situação e o trabalho que pode ser desenvolvido com adolescentes que cometeram ato infracional, é necessário relembrar três mitos que foram construídos ao longo dos anos pela nossa sociedade e que são apontados por VOLPI(1999): o *hiperdimensionamento*, a *periculosidade* e a *irresponsabilidade penal*.

O primeiro mito (*hiperdimensionamento*) parte da falácia de que a maior parte da violência urbana é praticada por adolescentes, embora os números apontem que os autores dos atos infracionais são na sua maioria adultos e em proporção bastante elevada se comparada com os adolescentes. Devemos ressaltar que se desfoca a violência urbana apenas para um de seus aspectos, desconsiderando-se por exemplo, as mortes e seqüelas por acidentes de trânsito, a verticalização das cidades, a poluição visual com propagandas enganosas, apelativas e de dimensões hollywoodianas, dentre outras manifestações de violência.

Já o mito da *periculosidade* quer fazer crer que os adolescentes são violentíssimos e oferecem perigo imenso à sociedade, negando a violência desta para com eles e sua família, como se não fosse a organização social e suas contradições que os gerassem. Aponta-se para os sintomas, abandonando-se sua gênese. A rigor, os dados de realidade (VOLPI, 1999)

mostram que os atos infracionais cometidos por adolescentes são geralmente contra o patrimônio (furtos de objetos pessoais, relógios, carteiras e alimentação em supermercados) e poucos contra a pessoa, ficando assim os atos mais graves reduzidos a um insignificante percentual (ainda que preocupantes), sendo eles cometidos em proporção muito maior pelos adultos - isso sem mencionar a violência que é praticada contra adolescentes, principalmente lesão corporal e maus tratos (OESSELMANN, 2000).

O terceiro mito destacado por VOLPI (1999), assinala a concepção equivocada de que o Estatuto da Criança e do Adolescente favorece a prática do ato infracional, pois *não responsabiliza penalmente o adolescente pelos seus atos*. Contudo, para quem conhece¹ o Estatuto, é sabido que são previstas *medidas sócio-educativas* que devem ser aplicadas conforme o caso e a análise da situação, não como punição e/ou abuso da autoridade – que não propicia a mudança da situação e sim, leva ao seu agravamento, mas como um intervenção que compreende ser a adolescência um período da vida em que a pessoa está em processo de desenvolvimento e deve ser tratada como tal. O ato infracional ainda que venha ferir a segurança do cidadão e da sociedade, não pode destituir a pessoa que o cometeu, independente da sua idade e classe sócio-econômica, da condição de *sujeito de direitos*.

As medidas sócio-educativas previstas pelo ECA “constituem-se em condição especial de acesso a todos os direitos sociais, políticos e civis” (VOLPI, 1999, p.14), os quais devem ser assegurados pelo Estado, pela sociedade, pela comunidade e pela família, conforme previsto no artigo 4º do ECA, embora muitas vezes sejam desrespeitados por essas mesmas instituições sociais, graças a inversão de sentidos e a análises petrificadas e simplistas feitas cotidianamente nas diferentes esferas e segmentos sociais.

No conjunto de medidas previstas pelo ECA, cujo aspecto fundamental é a natureza educativa das mesmas, considera-se que o adolescente é uma pessoa em processo de desenvolvimento e não um mero delinquente que está à margem da lei e da ordem; que ele

necessita ter resguardados e assegurados os seus direitos, bem como de que deve cumprir com os seus deveres, mas sobretudo, considera-se a necessidade de que o adolescente possa desenvolver-se de modo pleno e integral – na maioria das vezes foi proibida essa possibilidade – e acredita-se que através das referidas medidas estatutárias, seja possível favorecer ao adolescente a superação da exclusão social a que está submetido, fortalecendo os vínculos familiares e com a própria sociedade, que no discurso ideológico aparece como “vítima desses pequenos marginais”, negando-se que as contradições sociais são as principais geradoras da situação problemática em tela.

É claro que o Estatuto, enquanto lei, não tem o poder de mudar a realidade social. Ele é apenas um instrumento e como tal, pode restringir-se ao nível documental sem efetivar a transformação da realidade; ser utilizado como parte de um discurso demagógico que não põe em curso ações eficazes; ou ainda, ser favorecedor da concepção de uma nova sociedade. Devemos considerar também que as falhas existentes em nosso sistema social favorecem pensamentos reducionistas e saudosistas da volta da força e do abuso da autoridade. Urge cuidar para que concepções desta natureza não se irradiem e se perca a oportunidade das discussões que são trazidas pelo Estatuto.

Contudo, mesmo que o ECA tenha sido promulgado há quase doze anos (1990), sua implementação em todo o território nacional ainda está se fazendo e o conhecimento efetivo de sua proposta encontra-se muito longe do desejado e necessitado. Desta feita, vale repisar as **medidas sócio-educativas** por ele previstas: **Advertência**, que envolve os responsáveis; **obrigação de reparar o dano**: sendo esta intransferível e personalíssima; **prestação de serviços à comunidade**: gerando além de um compromisso da e com a comunidade, a possibilidade da experiência comunitária, desta vez com a discussão de valores sociais fundamentais para o jovem; **liberdade assistida**: na qual o adolescente tem um acompanhamento personalizado da sua vida social, envolvendo a escola, o trabalho e a

família; **semiliberdade:** ao restringir a liberdade, não descuida da necessidade de acesso a serviços e de organização da vida cotidiana; **internação:** última das medidas a serem adotadas e só aplicada quando o adolescente cometeu um ato infracional grave. Ressalte-se que o caráter educativo não está na privação de liberdade, mas num conjunto de intervenções quando do processo de internação. A privação é apenas a maneira de assegurar que o princípio sócio-educativo seja efetivado, sem com isso impedir que os outros direitos constitucionais lhe sejam assegurados².

É mister ressaltar que não basta o conhecimento da lei e da situação sócio-política do país para se trabalhar com adolescentes em situação de risco. É necessário conhecer essa etapa do desenvolvimento humano que só veio a ser assim considerada a partir do século XVIII. O que infelizmente existe em alto grau, é a existência de rotulações e preconceitos quanto ao mundo adolescente, como muito bem alerta KNOBEL (2000, p.47):

Ao estudar a adolescência é necessário um cuidado especial para evitar atitudes preconceituosas, verdadeiros “estereótipos” do mundo adulto que embarçam a visão correta da pessoa nesse período da vida, e considerar que ainda alguns profissionais e cientistas desta etapa da vida não a consideram como um verdadeiro estágio, com características bem definidas do processo evolutivo.

KNOBEL (2000) mostra também que a existência da adolescência como fase evolutiva e do que ele denomina de “Síndrome da Adolescência Normal” (KNOBEL, 1992) está presente em diferentes países, culturas e sistemas sócio-políticos, bem como nas diversas classes sociais: “As modalidades mais ‘manifestas’ da conduta podem variar, porém as condições gerais são iguais” (KNOBEL, 2000, p.49).

Necessitamos, portanto, que as equipes que trabalham nas instituições cuidadoras de adolescentes, estudem a adolescência a partir de um enfoque global e interdisciplinar, não ensimesmando-se apenas em uma área do conhecimento, como esta fosse capaz de, sozinha,

explicar, compreender e intervir em toda ordem de processos e fenômenos que envolvem esse momento vital do ser humano. Esse trabalho institucional e interdisciplinar é o que relataremos agora.

O PÓLO UNAMA DE LIBERDADE ASSISTIDA

Os encontros do Grupo de Reflexão que desenvolvemos com os adolescentes que cometeram ato infracional e suas famílias, ocorreram dentro de um contexto específico, qual seja a medida de Liberdade Assistida (L.A.) no Pólo que existe na Universidade da Amazônia-UNAMA.

O Pólo surgiu em 1996, a partir de um convênio celebrado entre a UNAMA, o Juizado da Infância e da Juventude - 24ª Vara Cível e o UNICEF. Tal convênio, é uma articulação importante entre três instituições sociais. No que diz respeito à Universidade, pode-se registrar ser essa atividade de caráter extensionista e com isso, demarca-se um compromisso em inserir-se em seu contexto de modo a transformá-lo, sendo partícipe do processo de intervenção de um novo projeto de sociedade. Com a extensão universitária, discentes e docentes saem do claustro acadêmico para mergulharem na realidade e a partir dela, revisitarem seus conceitos e referenciais. Indubitavelmente, essa ação é muito pequena se comparada com a imensidão e complexidade dos problemas que a sociedade moderna vem enfrentando, mas é seguramente um dos passos que precisam ser dados e constantemente questionados e reavaliados, de modo que seja possível o aperfeiçoamento das ações e objetivos propostos.

OBJETIVOS E ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DO PÓLO UNAMA:

O Pólo de Liberdade Assistida (PLA) objetiva atender os adolescentes que cometeram ato infracional e foram sentenciados pelo Juiz através de medida sócio-educativa de Liberdade Assistida, de acordo com o disposto no ECA, “visando promover sua inserção ou

reinserção social, evitando a reincidência, e atentando para o cumprimento integral das condições previstas na sentença” (LEITÃO, 2001, p.2).

Ao longo desses anos, o PLA teve em seus quadros uma equipe do Curso de Serviço Social da UNAMA, constituída de dois professores do referido curso, sendo um coordenador geral e um supervisor de estágio. Um dos grandes diferenciais do Pólo Unama quanto a outros pólos existentes na cidade e no país, refere-se ao fato de que os Orientadores Sociais previstos nos artigos 118 e 119 do ECA como voluntários, e designados pelo Juiz para acompanhar o adolescente no cumprimento da medida, são no caso particular desse Pólo, alunos de Serviço Social e que devem cumprir obrigatoriamente uma carga horária. No nosso entendimento, a presença desses alunos favorece um acompanhamento qualitativo, sobretudo por tratar-se de um processo formativo e do qual fazem parte o estudo, a ética profissional, a pesquisa, a supervisão técnica desse Orientador, entre outros aspectos.

A partir do ano de 2001, o Pólo passou a contar em sua equipe - ainda que no momento, oficialmente, não faça parte da sua estrutura administrativa - com alunos do Estágio Supervisionado em Psicologia Comunitária e seu respectivo supervisor. Trata-se de um estágio curricular da 6ª série do curso de Psicologia, vinculado à clínica-escola da Unama.

Atualmente, o Pólo Unama atende 14 adolescentes³ sentenciados pelo Juiz, tendo como previsão atender até 20 adolescentes. Trata-se de um *grupo aberto*, em que a qualquer momento, por decisão judicial, alguém pode ser inserido ou desligado do Pólo. Em geral, o tempo mínimo de cumprimento da L.A é de seis meses, conforme preceituado no artigo 118, § 2º. A partir das experiências até então levadas a efeito, o Pólo decidiu que também atenderia aos adolescentes egressos, ou seja, continuaria prestando acompanhamento aos adolescentes que tenham cumprido a medida, já estejam desligados e queiram permanecer no Pólo. Em 2001, foram 6 os egressos⁴ inseridos no PLA. Entendemos que não basta cumprir a medida,

pois a realidade social é dura e cruel, dificultando ao adolescente que cumpriu uma medida sócio-educativa ter acesso a condições de vida que favoreçam o seu pleno desenvolvimento.

Para fazer uma breve caracterização dos adolescentes que atualmente⁵ freqüentam o Pólo, podemos mencionar que a maioria é do *sexo masculino*; encontra-se na *faixa etária de 15 a 17 anos*; possui *escolaridade de 1ª a 4ª série*; o *roubo*, foi o principal *tipo de infração* cometido que determinou o cumprimento da L.A.; a *composição familiar* de 50% desses adolescentes é feita pela *mãe e filhos* (evidenciando a ausência real e/ou simbólica da figura paterna); a *renda familiar* de 59% é *inferior a 1 (um) salário mínimo* (vários deles estão na economia informal); o *lazer* predominante dos adolescentes é o *futebol*, cuja prática não implica custos.

Para atingir seu intento, o PLA possui como estrutura de funcionamento um conjunto de atividades que visam oferecer proteção integral ao adolescente. Dentre elas, citaremos aqui apenas as mais importantes, quais sejam: *interpretação da medida sócio-educativa de L.A.*, em que se faz uma contextualização ao adolescente da situação em que ele se encontra e se esclarece o papel do Orientador; estabelecimento de um *plano de atendimento individual* para cada adolescente; *visitas domiciliares* feitas pelos Orientadores e Supervisor de estágio em Serviço Social; *atendimentos individuais e familiares*, quando solicitados e/ou a equipe sinta necessidade; *grupo de reflexão*, quinzenalmente, *com os adolescentes*; *grupo de reflexão*, quinzenalmente, *com os familiares e responsáveis* dos adolescentes; *reuniões mensais* da equipe com os adolescentes e seus respectivos pais e Responsáveis, para o fornecimento de informações gerais acerca da situação dos adolescentes. Nessa reunião faz-se também um momento festivo, em que se comemora o(s) aniversariante(s) do mês; *oficina de relacionamento familiar*, bimensal, voltada ao adolescente e seus familiares; *programas e cursos* tais como telessala, informática, etc., a partir de uma Rede de Serviços, com a qual o Pólo está articulado, envolvendo ONG's, Órgãos do Governo Municipal, Estadual e Federal,

Empresas, Clínicas Escola, entre outros; *estudo de caso* semanal, com a equipe interdisciplinar; *grupo de reflexão com os orientadores*, coordenado pela equipe de Psicologia; *ciclo de capacitação dos orientadores*.

Devemos ressaltar que o trabalho grupal que vem sendo desenvolvido no P.L.A. é uma experiência em construção, principalmente quanto aos Grupos de Reflexão, os quais foram iniciados há seis meses, pela equipe do Curso de Psicologia e a Oficina de Relacionamento Familiar, teve início há um mês.

SURGIMENTO DA PROPOSTA DE TRABALHO COM GRUPOS DE REFLEXÃO NO PÓLO:

Antes de dar início aos trabalhos, fizemos no início do ano um encontro inicial de apresentação dos novos componentes da equipe do Pólo aos adolescentes e seus familiares. Na ocasião, foram apresentadas as propostas grupais, sua metodologia e estrutura de funcionamento, as quais foram aceitas pelos presentes.

A sistemática operacional estabelecida foi a seguinte: cada um dos grupos teria encontros quinzenais, alternando-os semanalmente (em cada semana reunia-se com um dos grupos), sendo a duração de cada encontro estipulada para 1:30h. Já a Oficina de Relacionamento Familiar seria trimestral, com 2:30h de duração cada encontro.

Ao longo desses poucos meses realizamos cinco encontros com cada um dos grupos separadamente, sendo a frequência média no grupo de pais, de cinco pessoas por encontro, e de oito adolescentes no seu grupo etário.

A partir da inserção do curso de Psicologia no trabalho com os adolescentes que cometeram ato infracional e estavam cumprindo a L.A., entendemos que não seria tão eficaz e nem mesmo educativo, restringir-nos a realização de atendimentos psicológicos individuais. Recorremos a OSORIO (1997) quando este afirma: “Penso que, pela tendência manifestada pelos adolescentes, o grupo é a matriz dinâmica onde melhor podemos acompanhar e entender

a expressão de seus conflitos, ensejando-lhes sua resolução *dentro e pelo* próprio grupo” (p.321). Mais adiante, no mesmo documento, o referido autor elenca cinco aspectos⁶ que justificam a preferência pelo grupo ao invés da abordagem individual, a saber: 1) tendência natural do adolescente ao agrupamento; 2) diminuição da resistência a temas “fobígenos”, quando abordados em grupo; 3) “o efeito mobilizador do *insight* propiciado pelas identificações projetivas cruzadas” (p.329) que se dão entre os membros do grupo; 4) superação mais rápida da vergonha e retorno a espontaneidade original, a partir da situação transferencial que dilui as angústias persecutórias; 5) criação de um clima favorecedor à troca de experiências, facilitando a percepção de si e do outro, bem como das suas motivações inconscientes.

Para a implantação do trabalho psicológico, era necessário conhecer a realidade não apenas individual, mas descobrir quais os aspectos que uniam aqueles adolescentes, além do fato de terem sido autores de infrações. De que maneira seria possível articulá-los em suas dores e angústias existenciais? Como fazer para não psicologizar e patologizar a miséria e a pobreza? Sendo eles, adolescentes, não é no grupo que haveria espaço para o seu pleno desenvolvimento? Não é na convivência com os iguais que as identificações brotam e ressoam? Sendo a atuação psicológica vinculada ao estágio curricular de Psicologia Social Comunitária, como fazer senão utilizar o instrumento primeiro e principal de intervenção: o grupo? Estavam aí demarcados os alicerces que norteariam as nossas intervenções.

GRUPO DE REFLEXÃO

O Grupo de Reflexão surge, historicamente, num contexto específico do processo ensino-aprendizagem, no qual DELLAROSSA (1979) propõe que ele sirva para diminuição das ansiedades e tensões que envolvem e surgem no processo educativo. Em nossa experiência clínica, docente e sócio-política, há onze anos coordenando grupos de reflexão (em hospitais, centros comunitários, universidade, cursos de formação clínica, ONG’s,

movimentos sindicais e sociais) percebemos que se trata, na verdade, de um método de trabalho possível de ser ampliado para outras áreas de atuação profissional, além da educacional, com resultados igualmente exitosos aqueles propostos por seu idealizador principal.

ZIMERMAN (2000) alerta quanto ao significado etimológico do termo *reflexão*: fletir, voltar-se para si mesmo. Contudo, não devemos restringir o método de trabalho ao mero significado. Deve-se distinguir a reflexão enquanto fenômeno humano, parte das *funções psicológicas superiores* (VYGOSTKY, 1991) e reflexão enquanto método grupal utilizado para remoção das dificuldades que impedem a realização da tarefa e objetivos propostos pelo grupo, ou seja, como espaço apropriado para o espelhamento, a ressonância e a elaboração das dificuldades emergentes no campo grupal e que possui um enquadre específico, envolvendo desde o referencial teórico que dá suporte à compreensão do *processo relacional grupal* – PRG (CHRISTO ALVES NETO, 1998), até a postura e experiência pessoal do coordenador.

Podemos entender o Grupo de Reflexão como uma modalidade de Grupo Operativo, pois Dellarossa era discípulo de Pichon-Rivière – que concebeu um referencial teórico específico denominado de Grupo Operativo. A tarefa precípua do Grupo de Reflexão, centra-se na indagação de cada um dos membros do grupo, quanto a sua pertinência grupal.

DELLAROSSA (1979) alerta para a diferença entre o Grupo de Reflexão e o Terapêutico. Cabe destacar, entretanto, que em várias experiências com Grupo de Reflexão observamos *conseqüências terapêuticas* nos membros do grupo, ainda que não seja este seu objetivo primeiro.

No Grupo de Reflexão não há tempo limitado para expressão dos participantes, nem tema estipulado com anterioridade e, fundamentalmente, não é um fórum deliberativo, ainda que discussões venham emergir e possam vir a potencializar um espaço decisório.

O Grupo de Reflexão pode favorecer de maneira significativa o adequado andamento de uma reunião com outros objetivos: o que está em questão não é o cumprimento ou não da atividade, mas o que houve, psicologicamente, para que ela não acontecesse ou não atingisse seu objetivo. Importa indagar como o grupo se sente quanto a tarefa proposta, como cada pessoa se sente e se percebe no grupo e com relação aos demais colegas que o compõem.

Como em vários grupos, no Grupo de Reflexão, espera-se que o coordenador inicie as atividades e as direcione para que seus membros cumpram a tarefa. Trata-se de um modelo educacional enraizado culturalmente e que FREIRE (1987) denominou de *Educação Bancária*; destitui-se o saber dos componentes do grupo, considerando-se que somente sabe e tem poder, aquele que ensina e é o coordenador do processo. Similarmente, e com algumas diferenças, BION (1970) designa este processo de *suposto básico de dependência*, no qual o grupo como um todo, inconscientemente, espera que o líder resolva todos os problemas e satisfaça as necessidades daquele grupo.

Portanto, é notório em alguns Grupos de Reflexão que temos coordenado, principalmente no espaço acadêmico, que vários alunos vão para os encontros de Reflexão com caneta e caderno na mão à espera de algum apontamento a ser anotado.

GRUPO DE REFLEXÃO COM ADOLESCENTES

O objetivo do Grupo de Reflexão com os adolescentes que cometeram ato infracional e estão no PLA, é de possibilitar a reflexão sobre a situação em que eles se encontram, seja enquanto sujeitos em processo de desenvolvimento, seja enquanto submetidos a uma sentença judicial que os leva a cumprir a medida de L.A. Acreditamos que através desse espaço seja possível o advento de um processo identificatório entre seus membros, bem como de resgate da auto-estima. Para ilustrar o trabalho, citaremos algumas vinhetas desses encontros:

“Iniciou-se o 1º encontro dizendo ao grupo o objetivo desse espaço, ou seja a possibilidade de expressão dos seus sentimentos. Ao que se seguiu um silêncio, sendo

quebrado com manifestações dos adolescentes acerca da falta de trabalho e do desejo que eles tinham de ajudar sua família, bem como de comprar o que desejavam (chegando um deles a mencionar que por isso roubava). Eles falaram ainda da relação que estavam tendo com os Orientadores do Pólo e das dificuldades que encontram no relacionamento em casa com seus familiares. O coordenador destacou a maneira que cada um tem de manifestar o que sente (X com raiva bate nos outros; Y pede carinho agredindo e depois diz que o tratam mal) e assinalou que as ações tem conseqüências para quem as pratica e que é necessário compreender o que cada um quer dizer com o que faz.

Quando perguntados, em um dado momento, qual a expectativa que tinham quanto ao Grupo, um deles mencionou “nada, é tudo a mesma coisa” e outro disse que era bom, ‘o Pólo mudou a minha vida’”.

Possibilitou-se assim, a troca de opiniões e o compartilhamento de sentimentos distintos, como aqueles que tem desesperança e frustração pela não satisfação das expectativas (1ª expressão) e gratidão associada a idealização (2ª expressão). Ora, bem sabemos que o adolescente age duas vezes antes de pensar, e o fato de estar sendo possível dizer o que pensa e refletir com outros iguais a esse respeito, é importante e necessário para a elaboração do momento existencial pelo qual passa, principalmente na situação de cumpridor de uma medida judicial. Por outro lado, percebe-se nas manifestações acima a *ansiedade depressiva e paranóide* (PICHON-RIVIÈRE, 1991) da 1ª expressão e o *vínculo de reconhecimento* (ZIMERMAN, 2000) associado ao *suposto básico de dependência* (BION, 1970) na 2ª.

Em outra situação: “Um deles relatou que se sentiu discriminado na universidade por estar sentado numa praça existente no interior da instituição e que sentia que era como se todos estivessem olhando para ele; disse que saiu dali imediatamente. Alguns compartilharam desse sentimento, mas que foi contestado por outros adolescentes. Um dos Orientadores

presentes ao encontro relatou sua experiência de ter uma deficiência física e sentimentos dessa natureza, mas que estava aprendendo a lidar com os seus próprios sentimentos que nem sempre correspondia ao que as pessoas efetivamente manifestavam. Todos os adolescentes escutaram atentamente, num processo de identificação e espelhamento que envolveu o grupo. O coordenador assinalou sobre o “olhar a si, o olhar do outro e como olhamos o olhar do outro”, terminando o encontro com cada um dos presentes, inclusive com a equipe técnica, escolhendo um animal com o qual se parece emocionalmente. Todos confrontavam suas percepções com as do grupo”.

Note-se acima, que a postura do coordenador com os adolescentes, diferentemente do grupo com os pais (descrito mais adiante), é mais ativa, menos silenciosa, evitando com isso, o caráter regressivo que o silêncio provoca; as vezes, intervém provocativamente, indagando-os. Em certas situações, usamos alguma técnica de Dinâmica de Grupo para favorecer a manifestação dos componentes, mas ela é utilizada sempre a partir do emergente grupal e não como iniciadora do encontro. Já houve encontro em que não foi necessário lançar mão de nenhuma técnica de Dinâmica de Grupo, pois os próprios adolescentes foram trazendo seus sentimentos. Contudo, quando percebemos que há dificuldade na verbalização, mas há um clima que denota a necessidade de expressão, não nos furtamos em utilizar algum recurso da Dinâmica de Grupo, como por exemplo, no encontro acima ou em outro, em que se fez a técnica da *fotolinguagem*⁷. Nesse encontro, ao comentar no grupo sobre a foto escolhida, emergiram aspectos da relação familiar hostil, sendo possível trabalhar identificações, projeções, idealizações, dentre outros mecanismos do funcionamento psíquico individual e grupal.

GRUPO DE REFLEXÃO COM FAMILIARES

Caberia também pensar e indagar acerca da realidade mais ampla desses jovens: de onde eles provinham? O que fez com que cometessem atos infracionais? E os responsáveis

deles, são apenas cúmplices das infrações ou estariam eles assustados com os comportamentos de seus filhos? Que sofrimento esses pais carregam e trazem consigo? Raiva? Ansiedade? Culpa? Percebemos que de nada adiantaria trabalhar com os adolescentes se não o fizéssemos também com seus pais e responsáveis. Era necessário trazer essas famílias e escutá-las.

O Grupo de Reflexão com os familiares objetiva que, através da troca de experiência entre os participantes de diversas famílias, seja possível a criação de um setting acolhedor à angústia, culpa e outros sentimentos que permeiam o psiquismo desses pais e/ou responsáveis. Entendemos que a escuta a dor do outro favorece a escuta a si mesmo, através da identificação, do espelhamento e das ressonâncias grupais. Por outro lado, o Grupo de Reflexão também se constitui num espaço de vivência da contradição, da divergência e assim, se pode construir um novo projeto social, em que a exclusão e a dor não sejam companheiras tão rotineiras a anuviar o cenário cotidiano. Para ilustrar o trabalho com esse grupo, citaremos algumas vinhetas dos encontros efetivados até esta altura:

“Na 1ª Reflexão estabelecemos com os participantes o setting dos encontros. O grupo era composto somente por mães, madrastas/“enteadas” e tias, ou seja, mulheres, e assim se manteve na maioria deles, embora tenhamos conseguido, em reuniões posteriores, a participação de alguns pais⁸. Escutamos atentamente o sofrimento e a dor de ter um filho que cometeu um ato infracional: ‘nunca imaginei que meu filho fosse fazer isso’ – disse u’a mãe referindo-se ao fato do filho usar drogas e ter furtado”. Vê-se a frustração diante de um projeto de vida e de expectativas criadas. Já uma outra pessoa relata não saber mais o que fazer com seu enteado, dada sua ‘rebeldia e agressão’ (sic).

O coordenador mostrou que o grupo era para que essa troca fosse feita entre os participantes e mencionou sobre a necessidade da família impor limites ao adolescente; de acompanhá-lo; de que contatassem o Pólo diante das suas dificuldades – tentando com isso

criar uma *cultura grupal* (LO VERSO & DI MARIA, 1995) e mostrando a importância daquele espaço de partilha; e de que soubessem também reconhecer nos filhos, sobretudo naqueles que estavam cumprindo a medida judicial, suas necessidades e qualidades.

Tivemos no 2º *encontro* a participação do pai de um adolescente egresso, que pode compartilhar suas experiências com o grupo. Discutiu-se também acerca das dificuldades que os familiares têm em lidar com os adolescentes: “não sei como controlar ele” (sic).

Com a presença de 6 mães, o 3º *encontro* teve, por sugestão de um dos presentes, a apresentação dos participantes. Contudo, percebemos claramente a necessidade que as pessoas tinham de falar do que estavam passando: angústias, dores, culpa, de modo que cada uma fez um longo relato, começando por uma, cujo filho estava internado em uma instituição para dependentes químicos e que devido a isso não estava frequentando o Pólo, mas sua genitora era assídua e participativa em nossos encontros. Após um depoimento seguia-se outro, ininterruptamente. Na 5ª apresentação/relato/necessidade, cuja mulher tem um marido alcoolista, desempregado e violento com ela, deu-se um importante movimento do grupo: “dona Gertrudes⁹ disse que dava dinheiro para seu filho quando ele pedia, e foi imediatamente questionada por uma das participantes, se perguntava ao filho o que ele pretendia fazer com o dinheiro, ao que obteve um não como resposta. O grupo então mobilizou-se e discutiu a partir das diversas experiências esse tipo de conduta com o filho”.

“No 4º *encontro* um pai emocionado, chorou e perguntou ao grupo porque sua filha é tão diferente dos outros filhos que teve com a 2ª esposa. O grupo silenciou”. O coordenador do grupo recapitula o contexto histórico em que a adolescente se desenvolveu, qual seja, “o pai ter separado-se da mãe dela e esta, ter abandonado a criança de apenas um mês de nascida, com a avó materna que cuidou dela até os 9 anos de idade sem a presença dos genitores. A adolescente furtou uma quantia significativa da madrasta e fugiu com o namorado, tendo sido este o motivo que a trouxe para cumprimento da L.A. O coordenador do grupo diz: ‘Deusa¹⁰

roubou a família, através da madrasta, para comprar um amor'. Na verdade, Deusa buscava o amor dos pais que não teve, ao mesmo tempo em que tentava atrair para si a atenção de seu pai atingindo-o através de sua atual companheira. Ele dividido entre esta e a filha, ainda tenta convencer a companheira de não fazerem a denúncia, dizendo que pagaria o valor subtraído, mas ao final, denuncia a própria filha, para depois sentir-se culpado. O grupo discute a situação. Foi um momento de profunda dor, com um jogo de identificações, projeções e empatia no grupo.

No 5º encontro e último encontro antes da produção deste artigo, somente compareceram o pai e a madrasta de Deusa e os componentes da equipe interdisciplinar, ocasião em que discutimos a situação em que eles viviam, culminando com a indicação de um atendimento de família, posteriormente. Isso evidencia o Grupo de Reflexão como um espaço que potencializa e favorece o desenvolvimento de outras intervenções no contexto interdisciplinar e institucional.

Nesses encontros do Grupo de Reflexão ouvimos várias manifestações positivas sobre o grupo, como a indicação de ser ele um espaço contenedor do sofrimento, em que se pode conjunta e solidariamente abordar e expressar as dores e as alegrias, a desesperança e a esperança, a raiva e o amor, a culpa e o desejo de reparação. Revela uma das participantes aos que participam pela primeira vez: “no início era só choro, hoje não. Vocês também vão ser assim” – referindo-se aqueles que nem conseguiam falar devido estarem debulhando-se em lágrimas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos com o desenrolar dos trabalhos um conjunto de fatores e situações que nos fazem concluir:

- Há necessidade de adaptação do modelo do Grupo de Reflexão à especificidade da clientela (adolescentes), diferenciando-se, por exemplo, do trabalho feito no contexto

formativo de psicoterapeutas e/ou no âmbito hospitalar, bem como com os próprios pais desses adolescentes. Tal diferenciação, aponta para a questão dos objetivos e contexto de cada grupo e realidade, e não diz respeito a profundidade e alcance das intervenções como possa parecer para algum clínico desavisado. A adolescência exige-nos compreensão enquanto etapa fundamental do ciclo existencial do ser humano, e como tal, tem suas peculiaridades, sendo portanto, necessário, flexibilidade e ajustes nas intervenções técnicas.

- A Equipe Interdisciplinar existente, atualmente, no Pólo deve ser ampliada com a presença de outros profissionais, tais como pedagogos, arte-educadores e o psicólogo¹¹ – que não faz parte da estrutura técnico-administrativa oficial do Pólo Unama, ainda que em 2001 tenha ingressado e feito um sério e importante trabalho. O que ressaltamos é a composição de uma equipe interdisciplinar que possa compreender e intervir de maneira mais global, complexa e integrada em situação tão grave quanto aquela que passam os adolescentes e suas famílias que cumprem a medida de Liberdade Assistida.

Queremos destacar que não propomos, nem acreditamos que o Pólo seja (e deva) capaz de resolver um problema social tão grave, e avaliamos com nitidez solar que a Universidade não pode substituir o Estado na implementação de políticas públicas, mas pode ser parceiro, através da *Responsabilidade Social*, que hoje já é bastante evidente com este e outros projetos extensionistas desenvolvidos pela Unama.

A medida sócio educativa com que trabalhamos tem suas limitações, e não solucionará questões estruturais de *per si*, contudo o Pólo pode e necessita ter uma estrutura mínima que favoreça intervenções mais profundas e eficazes do que aquelas que tão bem já são realizadas em nossa instituição.

- Necessidade de sistematização da experiência interdisciplinar iniciada neste ano, com a produção escrita e publicada em periódicos.

- A discussão iniciada na equipe interdisciplinar sobre a formação de um grupo de ECONOMIA POPULAR (GADOTTI & GUTIÉRREZ, 1993) com os pais/mães dos adolescentes deve ser continuada e aponta para a busca de profissionalização, autonomia e conscientização dos atores sociais envolvidos neste projeto.

- É mister a ampliação constante da articulação do Pólo com uma Rede Social de Instituições e Serviços que possibilite uma Globalização da Solidariedade, com heterogeneidade de procedimentos e resultados, posto que integrados a projetos locais/regionais, nacionais e internacionais. Estaremos assim, compondo uma Grupalidade transformadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BION, W. R. **Experiências com grupos**. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069/90. Brasília: Senado Federal, 1990.

CHRISTO ALVES NETO, Manoel de. **O grupo como sujeito educativo: um estudo crítico da docência de psicologia da Unama**. Dissertação de Mestrado. Belém: [S.n.], 1998. 153p.

DELLAROSSA, Alejo. **Grupos de Reflexión**. Buenos Aires: Paidós, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir & GUTIÉRREZ, F. (Orgs.) **Educação Comunitária e Economia Popular**. São Paulo: Cortez, 1993. (Col. Questões da nossa época; v.25)

KNOBEL, Maurício & ABERASTURY, Arminda. **Adolescência Normal**. 10.Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

KNOBEL, Maurício. Normalidade, Responsabilidade e Psicopatologia da violência na Adolescência. In: LEVISKY, David Léo (Org.). **Adolescência e Violência. Consequências da Realidade Brasileira**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000, p.47-61.

LEITÃO, Zoraide. **Pólo Unama de Liberdade Assistida: Uma experiência que deu certo.**

Artigo apresentado sobre forma de Comunicação Oral no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, X. Rio de Janeiro: 2001.

LO VERSO, Girolamo & DI MARIA, Franco. **A relação e a sujeitabilidade: a contribuição grupoanalítica contemporânea.** Belém: CEJUP, 1995

OESSELMANN, Dirk. **Retratos da Amazônia. Caminhos para a Análise da Situação da Infância e Adolescência.** Belém: Unama, 2000.

OSORIO, Luiz Carlos. Grupoterapia com Adolescentes. In: ZIMERMAN, David E. & OSORIO, Luiz Carlos. **Como Trabalhamos com Grupos.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, p. 321-329.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal.** 4. Ed. Martins Fontes, 1991.

VOLPI, Mário (Org.) **O adolescente e o ato infracional.** 3.Ed. São Pulo: Cortez, 1999.

VYGOSTKY, Lev Semenovich. **A Formação Social da Mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ZIMERMAN, David E. **Fundamentos Básicos das Grupoterapias.** 2.Ed. Rev., Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

NOTAS:

¹ Cabe neste momento que o leitor se indague se já leu ou não o ECA e se pergunte quantas pessoas conhece que fizeram pelo menos uma leitura do referido Estatuto. Quantos psicoterapeutas de crianças e adolescentes, pedagogos, professores, enfim, profissionais que trabalham com essa faixa etária, já se detiveram em ler e conhecer o ECA?

² Infelizmente, os meios de comunicação tem noticiado que nem sempre as condições das instituições, que deveriam ser educativas, tem sido adequadas.

³ Esse era o número de adolescentes atendidos pelo Pólo na ocasião em que este trabalho foi escrito e apresentado.

⁴ Idem.

⁵ Idem.

⁶ Devo ressaltar que esses aspectos são relativos ao trabalho grupoterápico, mas entendo que, guardadas as devidas diferenças e proporções, podem também ser válidas para o Grupo de Reflexão com adolescentes.

⁷ Técnica que consiste na distribuição espacial de imagens com temas diversos, preferencialmente sem textos, que serão escolhidas pelos componentes do grupo, a partir dos seus interesses e identificações. Após a escolha, cada um expõe ao grupo a sua figura e seus motivos, em seguida, discute-se a respeito das temáticas e as relações com cada componente.

⁸ Isso se deve à formação das famílias desses adolescentes que freqüentam o Pólo, nas quais 50% delas tem as mulheres como sendo responsáveis por seu sustento/manutenção financeira e emocional. Percentual este superior aos da Amazônia, pois segundo OESSELMANN (2000), na região mais cobijada do planeta, mais

especificamente no Norte Urbano, 28,3% das famílias é chefiada pelas mulheres, cujo percentual “está entre 2,5 a 7,4% acima das outras regiões, resultando em 4% a mais da média nacional” (OESSELMANN, 2000, p.31).

⁹ Nome fictício da mãe de um adolescente.

¹⁰ Nome fictício da adolescente.

¹¹ Mencionamos apenas algumas profissões que conforme a demanda do trabalho pode ser ainda mais ampliada.